CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHOS

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERFACES, TENSÕES E POSSIBILIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DA FOME

Editores Convidados
Raoni Azerêdo (Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil)
Elisabetta Recine (Universidade de Brasília, Brasil)
Sandro Pereira Silva (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil)
Newton Gomes Junior (Universidade de Brasília, Brasil)
Gastón Ares (Universidad de la República, Uruguay)

As submissões serão recebidas até 30/11/2026

Apesar das conquistas regionais e nacionais inclusive na América Latina e no Brasil, nas últimas décadas, a fome permanece como fenômeno estrutural e politicamente inaceitável, revelando os limites dos sistemas agroalimentares, da governança das políticas públicas que os regulam e da efetivação do direito humano à alimentação adequada. O caso brasileiro ilustra essa trajetória de avanços e retrocessos. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, e do Conselho Nacional e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA e CAISAN) em 2019, desarticulou o arranjo institucional e programático construído nas décadas anteriores, com reflexos diretos no retorno do país ao Mapa da Fome. O triênio 2022-2024, contudo, marcou uma nova saída do Brasil desse indicador, avanço que pode ser atribuído tanto pela recuperação da economia quanto pela reconstituição dessas estruturas institucionais e a retomada articulada de políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN), em especial aquelas que priorizaram o fortalecimento das compras públicas de alimentos, o apoio à agricultura familiar e o acesso à alimentação saudável.

Essa trajetória brasileira não é um caso isolado. Na América Latina e no Caribe, os ciclos de avanço e retrocesso nas políticas de SAN refletem dinâmicas regionais mais amplas, marcadas pela alternância entre governos comprometidos com a proteção social e períodos de desmonte institucional associados a ajustes

FGV EAESP

fiscais e reorientações político-ideológicas. A região tem apresentado redução gradual do número de pessoas em situação de fome nos anos recentes, resultado atribuído à retomada de programas de proteção social, mas os índices ainda permanecem acima dos níveis pré-pandemia, evidenciando a fragilidade estrutural dos avanços conquistados. A América Latina enfrenta, ainda, desafios estruturais adicionais, como o preço dos alimentos saudáveis, superior à média global, e um rápido processo de urbanização que gerou grandes contingentes populacionais sem acesso a serviços básicos e com escassez de alimentos.

É nesse cenário que a relação entre SAN e agricultura familiar emerge como campo de pesquisa e de disputa política, tensionada entre o reconhecimento do papel estratégico da produção familiar e a persistência de sua marginalização institucional e orçamentária. A SAN não se efetiva sem uma base produtiva diversificada, territorialmente enraizada e socialmente justa, lugar que a agricultura familiar camponesa deveria ocupar de forma plena. Tampouco se efetiva sem mecanismos robustos de participação social, como os conselhos de SAN nos âmbitos municipal, estadual e federal, que ampliam a voz ativa nas arenas de decisão das políticas que a afetam diretamente. Períodos em que se observa a fragilização desses espaços e dessa agenda temática, combinada às vulnerabilidades estruturais enfrentadas por agricultores familiares nas diversas regiões, expressam as disputas que atravessam o campo das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil e em outros países do Sul Global. Este dossiê se propõe, justamente, a examinar esse conjunto de questões a partir das interfaces, tensões e possibilidades que as constituem.

A partir dessa centralidade temática, a chamada especial acolhe contribuições que examinem:

- De que forma o campo político-estratégico da agricultura familiar camponesa vem se organizando no Sul Global de maneira a enfrentar o sistema agroalimentar hegemônico?
- Quais experiências de políticas públicas e governança do territorial ao regional têm contribuído para o fortalecimento da produção e do acesso à alimentação adequada e saudável?
- Quais os diálogos e experiências necessários entre a agricultura familiar camponesa, a segurança alimentar e nutricional e o enfrentamento da crise climática?
- Quais são as potencialidades e os desafios para a aceleração da transição agroecológica no Sul Global?
- Quais são os diálogos e experiências de superação da dicotomia campo-cidade, produção-consumo e abastecimento alimentar?
- De que forma as práticas e hábitos alimentares, o consumo e a propaganda se relacionam com a insegurança alimentar?
- Quais capacidades estatais e arranjos institucionais têm permitido aos governos subnacionais se inserir e contribuir para a agenda de segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar?

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, observadas a formatação geral e demais orientações na seção "Artigos" das Diretrizes para Autor da CGPC, disponíveis em https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor.

CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre esta chamada, envie mensagem para Raoni Azerêdo, para a caixa raoniazeredo@gmail.com.

Informações completas sobre esta chamada e sobre o periódico estão disponíveis em https://periodicos.fgv.br/cgpc/about/submissions. Em caso de dúvidas sobre estes formatos, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC)* é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. Os CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

FGV EAESP